

Os últimos redutos de vida na Baía

■ Ocupação ameaça manguezais em quatro municípios

LUCIANA NUNES LEAL

Tem custado caro às prefeituras de São Gonçalo, Magé, Guapimirim e Itaboraí o privilégio de serem as únicas cidades que ainda abrigam pequenos pedaços de paraíso da Baía de Guanabara. Nesses quatro municípios estão os últimos manguezais da Baía, mas mantê-los intactos é uma luta nem sempre vencida pelos departamentos de meio ambiente.

Além da falta de dinheiro e da dificuldade para fiscalização das áreas ainda selvagens, os governos brigam para impedir novas construções nos 140 quilômetros quadrados que formam a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim, criada por decreto federal no dia 23 de setembro de 1984 e que abrange regiões das quatro cidades.

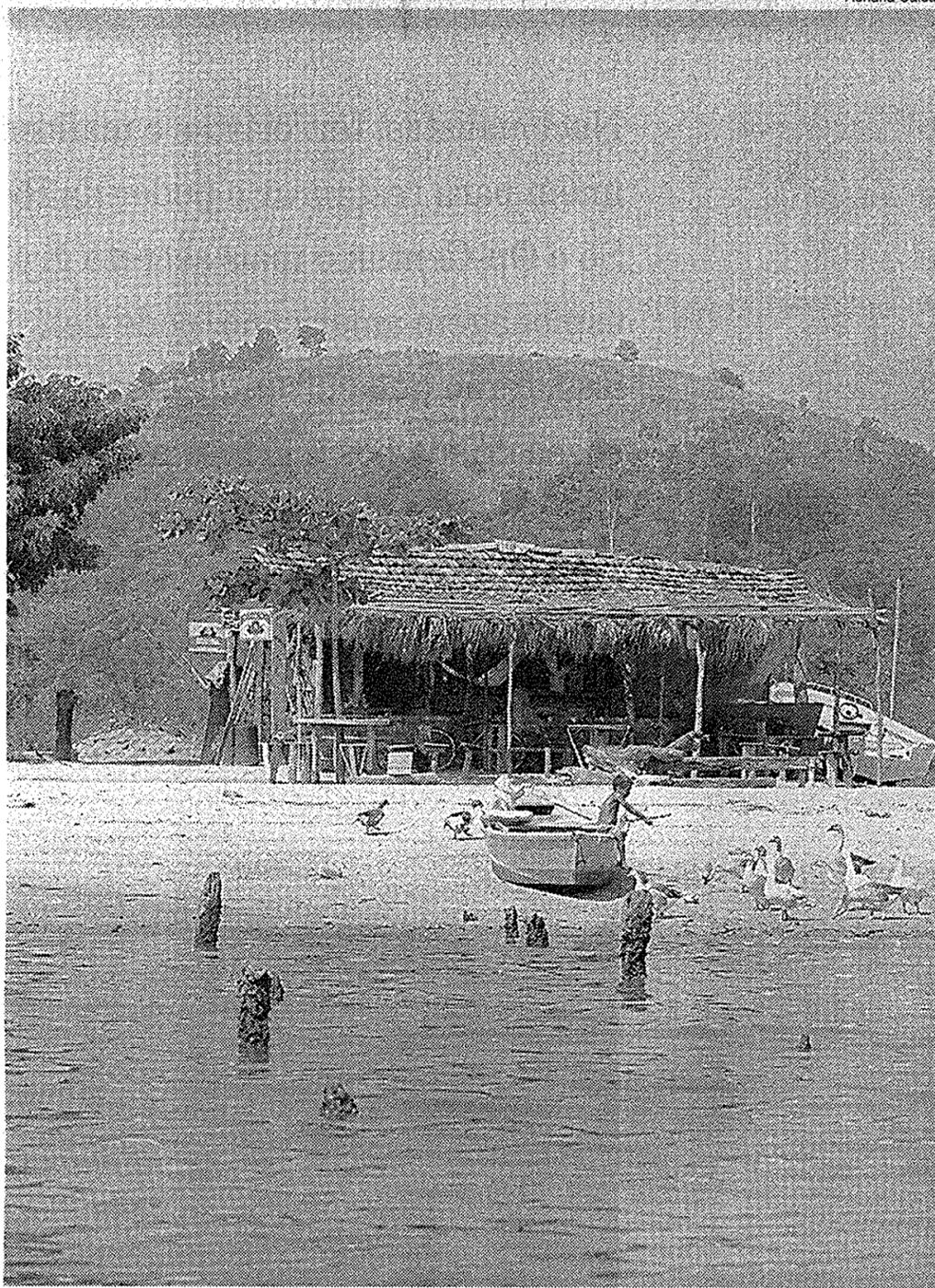
O problema é que, nos últimos 18 anos, ocorreu uma explosão demográfica na região — chamada de lado oriental da Baía de Guanabara —, que passou a receber milhares de moradores de outras cidades. Antes, esse acúmulo de recém-chegados acontecia na Baixada Fluminense, especialmente em Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Com a Baixada superlotada, houve uma migração, principalmente para São Gonçalo e Itaboraí. Conclusão: áreas onde deveriam morar no máximo pescadores ou catadores de caranguejo dos manguezais têm sido ocupadas por loteamentos e conjuntos residenciais.

Em muitos casos, as prefeituras não têm sequer como tomar providências, pois as áreas são legalizadas desde o tempo em que o meio ambiente não era preocupação dos governantes. Há ainda as ocupações, onde surgem barracos pobres que, com o tempo, se transformam em casas de tijolo.

Aterros — São Gonçalo é um bom exemplo da guerra pela preservação do manguezal. De um lado, a Secretaria de Meio Ambiente — novidade no município, criada há um ano — comemora o replantio de vegetação de manguezal na Praia da Beira, uma bela paisagem da Ilha de Itaoca, que agora nem mais ilha é, pois os aterros sucessivos a juntaram ao continente. As novas mudas têm até plaquinhas de identificação, com a data de quando foram plantadas, para permitir o acompanhamento dos ambientalistas.

A 200 metros dali, na mesma praia, estão os indícios de que a área deserta está com os dias contados. Primeiro, a casa, com um bar na frente, de Carlos Alberto Inácio de Góes, pescador de 42 anos que vive em um terreno da APA, de frente para a praia, com a mulher, três filhos, cachorros, patos e gansos. "Cheguei aqui há dez anos, não tinha ninguém. Fui ficando", diz Carlos.

Como a Praia da Beira era um lugar longe do Centro de São Gonçalo, de difícil acesso e com as águas da praia muito poluídas, portanto sem valor pa-



A casa do pescador Carlos Alberto, na Praia da Beira, hoje tem até bar, apesar de estar dentro da APA

ra o poder público e para as imobiliárias, Carlos foi ficando. Agora, otimista com as obras de tratamento de esgoto que começaram a ser feitas pelo Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, o dono de vários terrenos da vizinhança, Euclides Jorge Ninho, se animou. Pôs à venda dois terrenos bem ao lado da casa do pescador e se prepara para um grande empreendimento na Praia da Beira. Os lotes vão custar entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil.

"Esses terrenos são da minha família desde 1939 e estão em meu nome desde 1957. Não tinha nada de Área de Proteção Ambiental nessa época e agora não posso ser impedido de fazer um empreendimento nas praias onde tenho terrenos. Além disso, meus lotes não são na APA", afirma Euclides. O subsecretário de Meio Ambiente de São Gonçalo, Roberto Félix, avisa que, a partir de agora, cada loteamento vai

ser investigado até o último documento. "Mesmo que não seja APA, tem que ter relatório de impacto ambiental para construir", afirma Roberto.

Empreendimento — O proprietário das terras diz que não investiu antes na área porque "não era convidativo". "Com os trabalhos de despoluição, passa a ser interessante. Vamos empreender de maneira maciça", antecipa. Os planos de Euclides para a Praia da Beira são de arrear qualquer ambientalista: aterrar áreas que ficam alagadas quando a maré enche ou chove muito, aumentar o banco de areia da praia, construir um novo acesso, evitando que os moradores passem pela área pouco convidativa dos depósitos de lixo e dos barracos pobres, ainda na parte que não é da APA.

A diferença do que ocorre hoje em São Gonçalo para a política de urbanização dos anos 80 é que, agora, os

manguezais viraram motivo de orgulho para a prefeitura, que tenta estender o entusiasmo aos moradores. Roberto Félix acalenta o sonho até de transformar manguezais em área turística. "Em Miami, é assim. As pessoas pagam entrada, conhecem a vegetação e aprendem por que o manguezal é importante", conta.

A falta de preocupação com a preservação se refletiu em vários loteamentos, legalizados, em meio a paraísos da Baía. Um deles é o conjunto residencial da Marinha, construído nos anos 80. Encravado no meio do verde e dos rios do manguezal, no bairro de Itaúna, onde também fica o loteamento dos funcionários da Polícia Militar. Na época em que foram construídos, não havia decreto ou lei que impedisse a construção. Hoje, são um clarão na área mais bonita em volta da Baía de Guanabara.

Habitantes da lama

Quem passa pela estrada Niterói-Manilha, na altura do Viaduto das Pedrinhas (sentido Niterói), e olha para a direita, vê uma paisagem curiosa. Uma área típica de mangue — aquela espécie de lama escura —, ressecada, com duas traves encravadas na terra, formando dois gols. Na estiagem, o terreno fica seco e as peladas divertem a vizinhança. Quando chove, é o pesadelo.

Não há muito o que a Prefeitura de São Gonçalo possa fazer para desocupar áreas como essa, mesmo que tenham ficado fora da APA. Primeiro, é preciso encontrar outro lugar para as pessoas morarem. Segundo, porque, apesar de a região ser Área de Proteção Permanente (APP), criada por lei municipal, foi tomada há anos por construções e não há dinheiro para indenizações.

"Se tiverem outro lugar para me levar, eu vou. Aqui é tudo posse, não tenho documento da minha casa, só um papel escrito à mão, é um recibo, nem sei onde está", diz dona Irene Rosa da Conceição, que há dois anos comprou por R\$ 1.600 a casinha onde vive com o marido, bem ao lado do mangue transformado em campo de futebol. Na parte de trás do terreno, construiu, ano passado, um quarto para o filho. "Aqui tem mosquito demais. Estou nesta casa porque foi a que apareceu. A que eu ocupava antes enchia de lama. Nessa, eu fiz um murinho", conta Irene.

Ocupações como a da área de dona Irene são consequência do boom populacional do lado oriental da Baía. Entre 1980 e 1991, a Região Metropolitana do Rio — na época, formada pela capi-

tal mais dez municípios — teve um crescimento médio de 0,8% por ano. O município de Itaboraí bateu o recorde: cresceu 3,16% ao ano, saltando de 114 mil para 161 mil habitantes, de acordo com o IBGE. A segunda cidade que mais cresceu foi São Gonçalo, com aumento médio anual de 1,79%. Passou de 615 mil habitantes para 747 mil. Hoje, está perto de 1 milhão.

Com pouco dinheiro, nenhum tratamento de esgoto e dificuldades de dar um destino para seu lixo, a habitação hoje é um dos grandes problemas da região. Principalmente em bairros como Apolo e Várzea, onde foram ocupados terrenos irregulares à beira dos canais que deságuam na Baía. Mais de 200 famílias serão cadastradas e remanejadas, mas a dificuldade é encontrar outra área para remover, que não seja na região da APA de Guapimirim. "Incluimos os manguezais em uma relação de áreas de risco e assim excluímos a APA das possibilidades de assentamento", diz a diretora de Habitação de Itaboraí, Rosária Santana.

Em Guapimirim, faltam fiscais para assegurar a preservação dos manguezais. Há um coordenador, dois funcionários do Ibama, dois homens da Polícia Militar Florestal e um Fusca, segundo o diretor de Planejamento Ambiental, Fernando Saraiva. A Secretaria de Meio Ambiente é formada por duas pessoas. Além de Fernando, o secretário, Levy Rangel, também vice-prefeito de Guapimirim. E só. Em Magé, a preocupação é ensinar pescadores a preservar, não pescando na desova e catando caranguejos sem destruir os manguezais.

O QUE É UM MANGUEZAL

Uma espécie de porto seguro e refúgio seria uma boa definição para um manguezal. É um ambiente protegido, encharcado por água salobra e sujeito à ação das marés, que liga as áreas marinha e terrestre. Na maré alta, os peixes vão até lá se alimen-

tar. É moradia de moluscos e crustáceos: Jacarés e aves procuram os manguezais em época de reprodução ou à noite, quando buscam alimento. São os manguezais que garantem a preservação da fauna das baías, rios e enseadas.

